



1º Simulado

CGU

Auditor Federal de Finanças e Controle
Área: Auditoria e Fiscalização

Pós-Edital

Simulado Especial

1º Simulado CGU – Cargo: Auditor Federal de Finanças e Controle -
Área: Auditoria e Fiscalização – Pós-Edital - 15/01/2022

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da CGU;
- 2 – A prova contém **110 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com 5 alternativas.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h às 12h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado nesta página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-CGU-Auditor-Federal-15-01-22>

01 – A B C D E	23 – A B C D E	45 – A B C D E	67 – A B C D E	089 – A B C D E
02 – A B C D E	24 – A B C D E	46 – A B C D E	68 – A B C D E	090 – A B C D E
03 – A B C D E	25 – A B C D E	47 – A B C D E	69 – A B C D E	091 – A B C D E
04 – A B C D E	26 – A B C D E	48 – A B C D E	70 – A B C D E	092 – A B C D E
05 – A B C D E	27 – A B C D E	49 – A B C D E	71 – A B C D E	093 – A B C D E
06 – A B C D E	28 – A B C D E	50 – A B C D E	72 – A B C D E	094 – A B C D E
07 – A B C D E	29 – A B C D E	51 – A B C D E	73 – A B C D E	095 – A B C D E
08 – A B C D E	30 – A B C D E	52 – A B C D E	74 – A B C D E	096 – A B C D E
09 – A B C D E	31 – A B C D E	53 – A B C D E	75 – A B C D E	097 – A B C D E
10 – A B C D E	32 – A B C D E	54 – A B C D E	76 – A B C D E	098 – A B C D E
11 – A B C D E	33 – A B C D E	55 – A B C D E	77 – A B C D E	099 – A B C D E
12 – A B C D E	34 – A B C D E	56 – A B C D E	78 – A B C D E	100 – A B C D E
13 – A B C D E	35 – A B C D E	57 – A B C D E	79 – A B C D E	101 – A B C D E
14 – A B C D E	36 – A B C D E	58 – A B C D E	80 – A B C D E	102 – A B C D E
15 – A B C D E	37 – A B C D E	59 – A B C D E	081 – A B C D E	103 – A B C D E
16 – A B C D E	38 – A B C D E	60 – A B C D E	082 – A B C D E	104 – A B C D E
17 – A B C D E	39 – A B C D E	61 – A B C D E	083 – A B C D E	105 – A B C D E
18 – A B C D E	40 – A B C D E	62 – A B C D E	084 – A B C D E	106 – A B C D E
19 – A B C D E	41 – A B C D E	63 – A B C D E	085 – A B C D E	107 – A B C D E
20 – A B C D E	42 – A B C D E	64 – A B C D E	086 – A B C D E	108 – A B C D E
21 – A B C D E	43 – A B C D E	65 – A B C D E	087 – A B C D E	109 – A B C D E
22 – A B C D E	44 – A B C D E	66 – A B C D E	088 – A B C D E	110 – A B C D E

LÍNGUA PORTUGUESA

Adriana Figueiredo e Patrícia Manzato

01. Lewis Carroll, escritor inglês, dizia o seguinte:
“Não adiantaria falar sobre ontem, porque até então eu era uma pessoa diferente.”.

A opção correta sobre a estrutura lógica desse pensamento é:

- a) o passado é responsável pelo presente;
- b) o presente é o resultado do passado;
- c) o passado é resultado do presente;
- d) as pessoas mudam a partir de suas experiências;
- e) as pessoas gostam de discutir o passado.

02. “Não adiantaria falar sobre ontem, porque até então eu era uma pessoa diferente.”.

A modificação possível para que esse texto se mantenha correto é:

- a) flexionar o verbo “ser” no Pretérito mais-que-Perfeito;
- b) inserir aspas em “ontem”;
- c) substituir o artigo indefinido pelo definido “a”;
- d) intercalar por vírgulas a expressão “até então”;
- e) inserir uma vírgula depois de “falar”.

03.

“Por vezes à noite há um rosto
Que nos olha do fundo de um espelho
E a arte deve ser como esse espelho
Que nos mostra o nosso próprio rosto.”

Jorge Luís Borges

Esse poema traz a seguinte mensagem:

- a) a arte deve refletir o que o que somos;
- b) não há arte sem o ser humano;
- c) a arte só se desenvolve à noite;
- d) o poeta deve se ver no espelho;
- e) a arte se contrapõe à razão.

04.

“Por vezes à noite há um rosto
Que nos olha do fundo de um espelho
E a arte deve ser como esse espelho
Que nos mostra o nosso próprio rosto.”

Jorge Luís Borges

Esse poema é construído a partir de uma comparação entre o espelho e a arte, assim como:

- a) *Dois amantes felizes não têm fim nem morte;*
- b) *Há aqueles que não podem imaginar o mundo sem pássaros;*
- c) *O amor é um grande laço, um passo pr'uma armadilha;*
- d) *quanto mais amado mais correspondo ao amor.;*
- e) *Nega-me o pão, o ar, a luz, a primavera, mas nunca o teu riso,*

05. O trecho de um artigo sobre regulamentação e corrupção traz o seguinte “Para entender essa arena de conflitos e identificar quem receberá os benefícios e quem arcará com os custos da regulação, George Stigler (1971) desenvolveu a teoria econômica da regulação.”.

Esse parágrafo é formulado com uma forma de oração chamada reduzida (sublinhada). Se substituíssemos essa oração por sua forma desenvolvida, a opção correta seria:

- a) para que se entenda essa arena de conflitos e se identifique ...;
- b) para que seja entendido essa arena de conflitos e identificado;
- c) o entendimento dessa arena de conflitos e a identificação de ...;
- d) de que se entenda essa arena de conflitos e se identifiquem ...;
- e) que se entendam essa arena de conflitos e se identifiquem ...

06. Assinale a alternativa abaixo na qual a palavra sublinha qualifica o termo anterior:

- a) Pode-se entender o conceito de corrupção como o uso ilegal do poder governamental;
- b) Reguladores recebem vantagens financeiras ou não financeiras;
- c) O intuito é estabelecer regras que beneficiem determinados grupos;
- d) Se um regulador recebe pequenos agrados, favores ou vantagens, há prática de corrupção;
- e) Aprova-se uma política regulatória que protege ou direciona benefícios para determinados grupos.

07. A forma verbal destacada em “é fundamental que sejam utilizadas evidências e que a sociedade participe de sua construção para conferir legitimidade” está flexionada na voz passiva analítica com o verbo ser; se transformássemos essa frase para a voz passiva sintética, a forma correta seria:

- a) se utilize;
- b) se utilizem;
- c) utiliza-se;
- d) se utilizam;
- e) utilizavam.

08.

Delegação brasileira participa, esta semana, da 9ª sessão da Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (CoSP-UNCAC), que se realiza em Sharm El-Sheikh, Egito, de 13 a 17 de dezembro. A Convenção é o maior instrumento internacional juridicamente vinculante e conta, atualmente, com 188 Estados Partes – quase a totalidade dos Estados Membros das Nações Unidas.

Composta por representantes da Controladoria-Geral da União (CGU), da Advocacia-Geral da União (AGU), do Ministério da Justiça e Segurança Pública

(MJSP), do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Ministério Público Federal (MPF), a delegação é chefiada pela CGU.

Além da participação do ministro Wagner Rosário na abertura da Conferência, nesta segunda-feira (13/12), representantes da CGU também participaram de outras atividades do encontro, que se encerra hoje (17/12).

Adaptado de <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/12/governo-federal-participa-de-reuniao-da-onu-sobre-corrupcao>>

O texto acima, em termos de predominância quase absoluta, deve ser classificado como:

- a) descritivo;
- b) informativo;
- c) dissertativo-expositivo;
- d) dissertativo-argumentativo;
- e) injuntivo.

09. A frase em que se mostra adequada à norma culta é:

- a) Embora as últimas reformas administrativas têm enfatizado os benefícios decorrentes da autonomia e discricionariedade decisória das agências reguladora;
- b) Essa autonomia envolve questões relativas a previsibilidade de recursos orçamentários;
- c) As agências federais são submetidas aos condicionamentos dos contingenciamentos impostos pela União;
- d) Para que um projeto de concessão de infraestrutura logre êxito é premente o exercício de mecanismos de fiscalização;
- e) Nota-se que seria apropriado avaliações dos efeitos da regulação no intuito de elaborar estratégias.

10. A frase em que o emprego do acento grave (crase) é justificado por razão diferente dos demais é:

- a) Tenho aversão àquela música;
- b) Demonstre seu respeito à sua família;
- c) Aquele restaurante fica próximo à avenida principal;
- d) Os advogados foram contrários à decisão do jurado;
- e) A negociação deve ser feita às claras.

11. A frase abaixo em que o conectivo como mostra valor de comparação é:

- a) Não foi fácil Cora Coralina ser respeitada como escritora;
- b) Não havia como prever tamanho prejuízo;
- c) A análise estatística não foi aprovada como ele esperava;
- d) Ele trabalha como roteirista na editora;
- e) Ele sempre se destacou como pivô no time.

12. “A busca pela geração de valor público exige capacidade e qualidade institucional, além da colaboração entre agentes para melhoria de desempenho.”

Mantendo-se o sentido original, a frase sublinhada pode ser adequadamente substituída por:

- a) como a colaboração entre agentes;
- b) da mesma forma que a colaboração entre agentes;
- c) conforme a colaboração entre agentes;
- d) em adição à colaboração entre agentes;
- e) por causa da colaboração entre agentes.

13. “Após retomar as discussões sobre a nova reforma do setor de gás em 2016 com o Gás para Crescer, o governo brasileiro conseguiu dar passos importantes com o Programa Novo Mercado de Gás: i) o Conselho Nacional de Política Energética emitiu Diretrizes relevantes que foram chave para formatá-lo; ii) a assinatura de um Termo de Compromisso da Petrobras com a autoridade de defesa da concorrência, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), visando reduzir o poder de mercado da companhia; iii) a Petrobras concluiu a venda de duas importantes empresas de transporte de gás natural; iv) a Nova Lei do Gás foi aprovada pelo Congresso Nacional; v) o Poder Executivo regulamentou esta lei em Decreto e vi) a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) estabeleceu uma agenda completa de revisão regulatória para implementar o novo arcabouço legal e está atenta às mudanças do mercado.”

Esse segmento é parte de um artigo. A opção em que a afirmativa está correta é:

- a) os dois pontos depois de “Programa Novo Mercado de Gás” deveriam ser substituídos por vírgula;
- b) “retomar” deveria estar flexionado no plural;
- c) o verbo em “o governo brasileiro conseguiu dar passos importantes” deveria estar flexionado no Pretérito mais-que-Perfeito do Indicativo;
- d) inserção de vírgula antes de “para implementar o novo arcabouço legal”;
- e) o pronome demonstrativo em “regulamentou esta lei em Decreto” deveria ser substituído por “essa”.

14. “Após retomar as discussões sobre a nova reforma do setor de gás em 2016 com o Gás para Crescer, o governo brasileiro conseguiu dar passos importantes com o Programa Novo Mercado de Gás: i) o Conselho Nacional de Política Energética emitiu Diretrizes relevantes que foram chave para formatá-lo; ii) a assinatura de um Termo de Compromisso da Petrobras com a autoridade de defesa da concorrência, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), visando reduzir o poder de mercado da companhia; iii) a Petrobras concluiu a venda de duas importantes empresas de transporte de gás natural; iv) a Nova Lei do Gás foi aprovada pelo Congresso Nacional; v) o Poder Executivo regulamentou esta lei em Decreto e vi) a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) estabeleceu uma agenda completa de revisão regulatória para implementar o novo arcabouço legal e está atenta às mudanças do mercado.”

A partir do texto acima, pode-se concluir que:

- a) o Programa Novo Mercado de Gás é o marco inicial das tratativas sobre o gás;
- b) a evolução estabelecida pelo Programa Novo Mercado de Gás e Gás para Crescer foram imperceptíveis;
- c) o Programa Novo Mercado de Gás possibilitou uma evolução em aspectos econômicos e regulatórios;
- d) por mais que haja evolução, o Programa Novo Mercado de Gás travou importante desenvolvimento no setor;
- e) a regulação no Brasil quanto ao gás ainda é muito incipiente.

15. Na sala de recrutamento, há as seguintes palavras: “Feche algumas portas. Não por orgulho ou arrogância, mas porque já não levam a lugar nenhum.”.

Deduz-se dessa frase que:

- a) fechar portas é negar oportunidades;

- b) fechar portas não significa se fechar para oportunidades;
- c) as oportunidades sempre apareceram se você não for orgulhoso;
- d) o orgulho e a arrogância cegam a pessoa para oportunidades;
- e) seria conveniente que não se fechassem as portas.

LÍNGUA INGLESA

Roberto Witte

RECONSIDERING CAPITALISM

Do you think most people remember the triumph of Anglo-Saxon capitalism? Not so many do. The nations that inspired the late-20th –century boom in global trade and profited most greatly from its advance no longer define its rules. What the radical individualists of the United States and Britain failed to recognize was how few poor nations had joined the global system by the turn of the millennium: two dozen at best. More than 100 were left out. Now, as more poor nations join the international trading game, they have increased their share of world trade by more than half.

Such nations are demanding a greater say in the global system, led by nations that most opposed the “Americanization” of global trade and culture: India, China, Brazil.

This new force looks to Europe for inspiration. As a result, the governors of globalization – the International Monetary Fund, World Bank and World Trade Organization – are no longer led by the United States, but by consensus, similar to the EU (European Union). The global rules are cracking down on multinationals that order mass layoffs or grow too powerful for local comfort. Global capitalism is now continentwide.

16. According to the text, poor nations...

- a) currently influence decisions in relation to global trade.
- b) no longer play a major role within the global trade context.
- c) have been leading the global trade boom for the last decade.
- d) will probably participate in the international trade game.
- e) have slowed the growth of international trade.

17. According to the author, global capitalism...

- a) Was born in Asia.
- b) Is undergoing changes.
- c) Should exclude certain regions.
- d) Encourages the monopoly.
- e) Was refused by the USA.

18. The text refers to the emerging role played by...

- a) The USA along with Asia.
- b) India along with the USA.
- c) Africa along with the USA.
- d) The poor nations as well as by Europe.
- e) The USA along with Brazil.

19. According to the text, ...

- a) Consensus has been achieved since the early 90s.
- b) Brazil kept its leading role during the 1980s and 1990s.
- c) Rules might have been defined in relation to global trade.
- d) Americanization is unavoidable in the poorest regions.
- e) The EU serves as a model within the global trade context.

20. The text mentions mass layoffs, which means...

- a) The hiring of under-qualified employees.
- b) The huge increase of certain trade tariffs.
- c) The dismissal of numerous employees.
- d) The disregard for environmental issues.
- e) The disrespect for local legal requirements.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Elisabete Moreira

21. A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que tinha entre seus objetivos o implemento dos princípios da estrutura burocrática, em particular do Governo Federal, que surgiu com o intuito de eliminar os aspectos patrimonialistas da Administração Pública brasileira, por meio de uma lógica racional-legal. Embora a implantação deste modelo de gestão tenha trazido algumas mudanças positivas para a Administração Pública brasileira, o modelo de Administração Pública Burocrática também se caracterizou por trazer consigo algumas disfunções, como:

- a) dificuldade de respostas às mudanças do meio externo, dando prioridade às questões internas do sistema;
- b) preocupação com o resultado, deixando de seguir as regras procedimentais
- c) perda de controle sobre o funcionário, em função da autoridade horizontal;
- d) aumento das práticas clientelistas, resultante da restrição de tratamentos isonômicos apenas aos indivíduos pertencentes à estrutura pública ou política.
- e) diminuição no nível de profissionalização, decorrente da valorização maior da promoção por antiguidade em detrimento do merecimento;

22. O modelo de gestão governamental experimentado no século XX, que se baseava na ideia de que os serviços deveriam ser prestados com foco na equidade e nas necessidades dos cidadãos, ficou conhecido como

- a) Gerencialismo puro
- b) PSO
- c) Taylorismo

- d) Consumerismo
- e) Patrimonialismo

23. O termo *accountability* está associado à obrigação de prestação de contas e de responsabilização dos gestores públicos. Assinale a opção que indica o tipo de *accountability* que representa o controle exercido pela mídia, associações de bairros e organizações não-governamentais.

- a) Accountability social.
- b) Accountability político.
- c) Accountability vertical.
- d) Accountability horizontal.
- e) Accountability constitucional.

24. Alguns acadêmicos consideram a Governança Pública (GP) e a utilização dos processos participativos de gestão uma consequência do movimento da Nova gestão pública. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

- a) Por determinação constitucional, o orçamento participativo, como instrumento de soberania popular, visa à ampliação da democracia direta.
- b) O objeto da Administração Pública Gerencial é o desenvolvimento dos processos participativos de gestão pública.
- c) O exercício da Governança Pública, a exemplo do que ocorre no orçamento participativo, implica o aumento da importância do uso de critérios técnicos nos processos de decisão.
- d) A ascensão de valores neoliberais e o chamado esvaziamento do Estado são considerados forças propulsoras do movimento da Governança Pública.
- e) Os processos participativos de gestão pública representam uma completa ruptura em relação ao modelo tradicional burocrático.

25. Nas últimas décadas, visando adaptar a Administração Pública às mudanças da sociedade, novas conceitos e práticas de gestão, relacionadas ao modelo gerencial, vem sendo adotadas pelos governos, à exemplo da Gestão por Resultados, da questão da governabilidade, governança, governança corporativa, entre outros. Assinale a opção que indica uma premissa discutida nos tempos atuais

- a) As eleições e o voto são mecanismos de accountability horizontal.
- b) Uma alta demanda social por accountability afeta, negativamente a capacidade de governança.
- c) Sem legitimidade, não há como se falar em governabilidade.
- d) Instâncias responsáveis pela fiscalização das prestações de contas contribuem para o desempenho da accountability vertical.
- e) Uma boa governabilidade garante uma boa governança.

26. O processo das políticas públicas mostra-se como forma moderna de lidar com as incertezas decorrentes das rápidas mudanças do contexto sociopolítico nacional e internacional, que favoreceu uma concepção mais ágil da atividade governamental, na qual a ação baseada no planejamento deslocou-se para a ideia de política pública. Todos os componentes abaixo são comuns às definições correntes de política pública, exceto:

- a) Ideológico: toda política requer um discurso legitimador, ou seja, destinado a reforçar a convicção dos diversos atores quanto ao acerto das ações governamentais e à sua orientação para o bem de todos.
- b) Decisório: qualquer política envolve um conjunto sequencial de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de curto ou longo

alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades.

- c) Comportamental: toda política pode envolver ação ou inação, mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação e não somente uma decisão singular.
- d) Causal: toda política é um produto de ações e, por sua vez, provoca efeitos sobre o sistema político e social.
- e) Institucional: as políticas são elaboradas ou decididas por autoridades formal e legalmente constituídas no âmbito da sua competência e são coletivamente vinculantes.

27. Acerca da avaliação e mensuração do desempenho governamental, correlacione as Colunas I e II e, ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta para a Coluna II.

COLUNA I	COLUNA II
(1) Efetividade	<input type="checkbox"/> Corresponde ao resultado de um processo, que compreende a orientação metodológica adotada e a atuação estabelecida na consecução de objetivos e metas, em um tempo determinado, e considera o plano, programa ou projeto originalmente composto.
(2) Eficácia	<input type="checkbox"/> Demonstra se os impactos gerados pelos produtos ou serviços prestados pelas organizações atendem às necessidades e expectativas da sociedade.
(3) Eficiência	<input type="checkbox"/> Envolve a comparação das necessidades de atuação com as diretrizes e os objetivos propostos e com o instrumental disponibilizado. É alcançada por meio de procedimentos adotados no desenvolvimento de uma ação ou na resolução de um problema e tem em perspectiva o objeto focalizado e os objetivos a serem atingidos.

- a) 2, 1, 3
- b) 3, 1, 2
- c) 1, 3, 2
- d) 1, 2, 3
- e) 2, 3, 1

28. Segundo Peters e Pierre (2010, pág. 21), uma das grandes “(...) mudanças na gestão pública [contemporânea] tem sido o estreitamento da relação entre Estado e sociedade na entrega de serviços públicos. O governo não é mais um ator autônomo na implementação de políticas, e cada vez mais frequentemente dependente do setor privado e do terceiro setor para cumprir seus objetivos”.

(PETERS, B. G.; PIERRE, J. *Administração pública: coletânea*. 2010, pág. 21)

São formas de interface do Estado brasileiro com organizações não-estatais e atores sociais, respectivamente, para a execução e discussão das políticas públicas, exceto:

- a) Parcerias com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Conselhos Setoriais.
- b) Contrato de Gestão com Organizações Sociais e práticas de Orçamento Participativo.
- c) Parcerias Público-Privadas e realização de Audiências Públicas.
- d) Insulamento Burocrático e Consultas Públicas com o uso de tecnologias de informação e comunicação.
- e) Contrato de Concessão e organização de Conferências de Políticas Públicas.

29. Os Estados modernos contam com quatro setores: o núcleo estratégico, as atividades exclusivas, os serviços não-exclusivos e a produção de bens e serviços para o mercado. Em relação a estes setores, assinale a opção incorreta.

- a) O núcleo estratégico é o centro no qual se definem as leis, as políticas e como, em última instância, as fazer cumprir.
- b) As atividades exclusivas garantem diretamente que as leis e políticas públicas sejam cumpridas e financiadas.
- c) Os serviços não-exclusivos compreendem os serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica.

d) O setor de produção de bens e serviços é formado pelo conjunto das empresas estabelecidas no país.

e) As atividades exclusivas são aquelas que envolvem o poder de Estado.

30. Após terem sido formuladas, as políticas públicas só se transformam em ações governamentais se forem implementadas. A implementação, por sua vez, pode ser conduzida segundo diferentes modelos. Caso prevaleça o modelo de cima para baixo (*Top-Down*), indique qual das características abaixo não deverá estar presente.

- a) Cadeia de comando com foco nos decisores de alto escalão.
- b) Objetivos definidos e não-contraditórios.
- c) Envolvimento de atores públicos e privados com a implementação e avaliação da política.
- d) Baixa autonomia dos níveis médios e inferiores da gestão pública.
- e) Ênfase na comunicação de objetivos/tarefas, coordenação de ações e responsabilização pelo cumprimento das atribuições de cada parte.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

31. A respeito dos direitos políticos e dos direitos de nacionalidade, indique a alternativa correta.

- a) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- b) Aos estrangeiros originários de países de língua portuguesa que tenham residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro naturalizado.
- c) O brasileiro que adquirir outra nacionalidade perderá a nacionalidade brasileira.
- d) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos; os maiores de sessenta anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- e) Apenas o militar com mais de dez anos de serviço é elegível.

32. A respeito dos princípios fundamentais enumerados no primeiro título da Constituição Federal, indique a única alternativa que contém informação INCORRETA:

- a) A iniciativa popular, no âmbito federal, requer a manifestação de, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, dividido por pelo menos cinco estados da federação, tendo cada um deles três décimos por cento de seu eleitorado.
- b) A indissolubilidade do vínculo federativo está expressa na Constituição Federal. Por se tratar de limitação material ao poder de reforma da Constituição, nem mesmo por emenda será possível admitir que Estados, Municípios e Distrito Federal possam se desvincular da República Federativa do Brasil.

c) Soberania, cidadania, prevalência dos direitos humanos, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político são fundamentos da República Federativa do Brasil.

d) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a redução das desigualdades sociais e regionais são objetivos da República Federativa do Brasil.

e) A concessão de asilo político não é um direito fundamental e não gera ao estrangeiro o direito subjetivo ao seu recebimento no Brasil, ainda que esteja sofrendo perseguição política em seu país.

33. A respeito da repartição de competência legislativa, aponte a alternativa em que consta o assunto sobre o qual os Estados só poderão legislar sobre partes específicas e se houver lei complementar federal que autorize.

- a) naturalização.
- b) orçamento.
- c) juntas comerciais.
- d) ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- e) custas dos serviços forenses.

34. Em relação à organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue alternativa correta.

- a) Brasília é a capital do Distrito Federal.
- b) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação ou transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão regulamentadas por decreto do Presidente da República.
- c) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- d) É vedado à União estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a subvenção à religião predominantemente professada no país, segundo dados do último senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.
- e) É permitido à União, mediante lei, criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

35. No que se refere à organização do Estado, assinale a opção correta.

- a) As terras devolutas, em regra, pertencem aos Estados, exceto as que são indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental.
- b) A Constituição Federal não admite a intervenção de um ente federativo na autonomia de outro, salvo nas hipóteses descritas em seu próprio texto. A intervenção federal nos estados e no Distrito Federal, quando houver a violação à autonomia municipal, depende de provimento do Supremo Tribunal Federal de representação interventiva movida pelo Procurador-geral do Estado.
- c) A competência dos municípios, diferente do que ocorre com estados e Distrito Federal, não está expressa Na Constituição Federal, razão pela qual tem sido classificada pela doutrina como residual. Assim, compete aos municípios o que não for competência da União e nem dos Estados.
- d) É competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal legislar sobre direito financeiro, direito econômico, direito urbanístico e direito agrário.
- e) No âmbito da competência legislativa concorrente, compete aos estados e ao Distrito Federal o exercício da competência suplementar, de maneira a cumprir e ampliar as normas gerais fixadas pela União e acrescentar partes específicas, conforme a necessidade de cada um.

36. Três meses após a posse de João, Presidente da República, a Câmara dos Deputados, por decisão de 3/5 de seus membros, autorizou a abertura de processo por crime de responsabilidade contra o Chefe do Executivo. Encerrada a instrução, tendo sido cumprido o rito processual, o Senado Federal, por decisão de 61 Senadores, condenou João, fato que gerou a aplicação das penas de perda do mandato e inabilitação por oito anos.

A respeito do caso narrado, aponte a única alternativa correta.

- a) Em decorrência da inabilitação, pelo período de oito anos, João não poderá exercer direitos políticos ativos e nem direitos políticos passivos.
- b) O rito do processo de *impeachment* não observou o regramento constitucional, uma vez que o quórum necessário para autorizar a abertura de processo por crime de responsabilidade é o de 2/3 do total de membros da Câmara dos Deputados.
- c) No Senado Federal, 41 votos seriam suficientes para condenar o Presidente da República por crime de responsabilidade, pois o quórum exigido pela Constituição Federal é o de maioria absoluta.
- d) No processo por crime de responsabilidade, eventual condenação enseja apenas a perda do cargo, não se admitindo a aplicação de inabilitação.
- e) A partir do momento em que a Câmara dos Deputados autoriza o processo, o Presidente da República deverá ser afastado do cargo por até 180 dias.

37. A Emenda Constitucional 103/2019 fez profundas reformas no regime de previdência dos servidores públicos. A respeito desse assunto, considerando o disposto no texto

constitucional, indique a única alternativa INCORRETA:

- a) O regime próprio de previdência social dos servidores será custeado não apenas por contribuição do respectivo ente federativo e de servidores ativos, mas também por contribuição de aposentados e de pensionistas, uma vez que seu caráter é solidário.
- b) Se o servidor público efetivo for acometido de incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, será aposentado. Nessa hipótese, será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria.
- c) O servidor público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tomar posse após a promulgação da Emenda Constitucional 103/2019 será aposentado aos 62 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.
- d) No regime próprio de previdência aplicável aos servidores públicos, os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo e nem superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social.
- e) A Constituição Federal veda a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, exceto servidores com deficiência, os ocupantes de cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial, os servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde e os ocupantes do cargo de professor.

38. Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União, conforme disposto na Constituição Federal, indique a assertiva correta.

- a) Qualquer cidadão é parte legítima para denunciar ilegalidades ao Tribunal de Contas.
- b) Compete ao Tribunal de Contas da União sustar a execução de contrato, caso encontrada irregularidade, solicitando, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- c) O Tribunal de Contas da União, composto de sete Conselheiros, tem sede na Capital Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- d) Qualquer pessoa física ou jurídica, desde que de direito público, que em nome da União assuma prestação pecuniária prestará contas ao Tribunal de Contas da União.
- e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

39. A respeito do Poder Executivo, indique a alternativa INCORRETA:

- a) Os atos do Presidente da República que atentem contra a lei orçamentária configuram crime de responsabilidade.
- b) Compete ao Senado Federal julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade e ao Supremo Tribunal Federal compete julgar o Chefe do Executivo da União por crime comum. Nos dois casos, primeiro é necessário que a Câmara admitida a acusação, por dois terços de seus membros.
- c) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, por até cento e oitenta dias, nas infrações penais comuns, se admitida a acusação pela Câmara dos Deputados.

d) O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à prisão provisória, nem mesmo em razão de flagrante de crime inafiançável.

e) Na vigência de seu mandato, o Chefe do Executivo da União não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Essa prerrogativa não pode ser estendida nem a Governadores e nem a Prefeitos.

40. O Presidente da República, durante uma coletiva de imprensa, afirmou que mulheres não deveriam ocupar cargos públicos, porque são frágeis. Incisivamente, defendeu que o papel da mulher na sociedade é o de “rainha do lar” e que a inobservância dessa atribuição, que é a vontade divina, tem causado problemas sociais no Brasil, sobretudo a violência doméstica. Após o discurso eloquente, o Chefe do Executivo exonerou todas as mulheres ocupantes de cargos públicos comissionados na Administração Pública Federal e recomendou fortemente que Governadores e Prefeitos adotassem a mesma postura. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta à luz da Constituição Federal.

- a) O Presidente da República é inviolável civil e penalmente por suas opiniões e palavras, motivo pelo qual não poderá ser responsabilizado.
- b) O Presidente da República poderia ter sido preso em flagrante por racismo, crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão. Na situação, a Câmara dos Deputados, por decisão de dois terços de seus membros, poderia decidir pela concessão da liberdade ao Chefe do Executivo.
- c) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não poderia ser responsabilizado pelo ato, que é estranho ao exercício de suas atribuições.

- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal, após autorização da Câmara dos Deputados, processar e julgar o Presidente da República pelo crime praticado. Após instauração do processo, o Presidente deve ser afastado do cargo por até 180 dias.
- e) O Presidente da República não poderá ser responsabilizado penalmente pelo ato e pelas palavras proferidas, mas poderá responder civilmente, devendo reparar o dano causado.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

41. João, agente público de uma autarquia do Estado Alfa, no exercício de suas funções, causou danos patrimoniais a José, que pretende obter a respectiva reparação.

A este respeito, considerando a responsabilidade civil do Estado e dos servidores públicos e o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) João poderá responder perante o Estado, independentemente da comprovação de dolo ou culpa.
- b) João poderá responder perante o Estado, desde que comprovado seu dolo.
- c) José poderá cobrar a indenização diretamente de João.
- d) José não é parte legítima para responder perante José a respeito do Dano.
- e) É imprescritível o direito de José cobrar a reparação de danos.

42. Segundo dispõe a Lei 9.784/1999, que regula o processo administrativo em âmbito federal, a decisão coordenada:

- a) poderá ser utilizada exclusivamente no âmbito da Administração direta federal, nas decisões administrativas que exijam a participação de dois ou mais setores, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- b) poderá ser utilizada em quaisquer decisões administrativas que exijam a participação de dois ou mais setores, órgãos ou entidades.
- c) poderá ser utilizada no âmbito da Administração Pública federal nas decisões administrativas que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- d) poderá ser utilizada quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, sendo que sua adoção requer despacho motivado, proferido antes da decisão de mérito.
- e) poderá ser utilizada, antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, para debates sobre a matéria do processo.

43. No que se refere ao regramento geral dos contratos administrativos, considerando as disposições literais da Lei 14.133/2021, é INCORRETO afirmar que:

- a) A Lei 8.666/1993 continuará a reger, durante toda sua vigência, os contratos celebrados após o início da vigência da Lei 14.133/2021 nos casos em que a Administração optar por licitar de acordo com Lei 8.666/1993.
- b) A nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021) admite a subcontratação integral do objeto contratual, quando referir-se a obras e serviços de engenharia em que houver sido exigido seguro-garantia.
- c) As cláusulas de um contrato administrativo são fixadas de forma unilateral pela Administração, razão pela qual tais avenças caracterizam-se como sendo de adesão.
- d) Em determinado contrato decorrente de licitação realizada sob a modalidade diálogo competitivo, é possível a aplicação de multa de no máximo 25% do valor contratual, caso prevista contratualmente.
- e) Segundo dispõe a nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021), é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00.

44. Em relação ao procedimento auxiliar de registro de preços, previsto na nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021), é INCORRETO afirmar que:

- a) Considera-se amplamente permitida a participação de um órgão público em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado.

b) O edital de licitação para registro de preços deverá estabelecer o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado.

c) É vedada aos órgãos da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão distrital.

d) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, embora o contrato decorrente da ata possa ter vigência distinta.

e) A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, uma vez que é facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

45. Considerando o que dispõe a Lei de Acesso à Informação (LAI), é correto afirmar que:

a) é de cinco anos o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como secretas.

b) primariedade diz respeito à qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

c) as informações de interesse público devem ser divulgadas, desde que existente a respectiva solicitação por legitimado ativo.

d) os pedidos de acesso à informação de interesse público obedecem ao princípio da motivação, sob pena de não serem recebidos.

e) o indeferimento do pedido de acesso à informação deve ser motivado pelo agente público competente.

46. Constitui dever do servidor público previsto na Lei 8.112/1990:

- a) guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- b) cumprir as ordens superiores, independentemente de sua legalidade.
- c) recusar fé a documentos públicos.
- d) atender com presteza ao público em geral, prestando todas as informações requeridas, inclusive aquelas sigilosas.
- e) promover manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição.

47. Em relação às responsabilidades do servidor público, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal em razão da inexistência do fato ou da negativa de autoria.
- b) As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo dependentes entre si.
- c) A responsabilidade penal abrange contravenções imputadas ao servidor, agindo nessa qualidade.
- d) A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato praticado no desempenho do cargo.
- e) A responsabilidade civil do servidor decorre de ato, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário, bem como a terceiros.

48. Assinale, entre as alternativas abaixo, um dos atributos da polícia administrativa corretamente mencionado:

- a) discricionariedade, presente em todos os atos de polícia.
- b) vinculação, relacionada aos contornos da liberdade do agente público competente para prática de atos de polícia.

- c) autoexecutoriedade, a qual inexoravelmente afasta os atos de polícia do controle judicial.
- d) efetividade na prevenção e repressão das infrações penais.
- e) coercibilidade, resultando na imposição do conteúdo do ato de polícia ao particular, independentemente de sua concordância.

49. A administração pública adota diversas formas de controle de suas atividades. Assinale a alternativa que apresenta a adequada classificação relacionada aos diversos tipos de controle.

- a) controle administrativo é aquele desempenhado pela Assembleia Legislativa, com auxílio do Tribunal de Contas Estadual.
- b) controle judicial é realizado pelo tribunal de contas no exercício da função jurisdicional, que lhe é constitucionalmente atribuída.
- c) controle de legalidade avalia a conveniência e a oportunidade da prática do ato administrativo.
- d) controle concomitante é aquele que busca impedir a prática de atos ilegais, mediante avaliação do ato antes do início de sua prática.
- e) controle administrativo pode ser exercido por qualquer dos Poderes, sendo observado quando seus órgãos manifestam a autotutela, revogando os atos inconvenientes ou inoportunos e anulando aqueles que se afigurarem contrários à lei.

50. No que se refere aos vícios dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) a ilegalidade do objeto se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- b) a inexistência dos motivos fica caracterizada quando o ato não se inclui nas atribuições legais do agente que o praticou.
- c) a incompetência consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
- d) o desvio de finalidade é espécie do gênero abuso de poder.
- e) o vício de forma se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.

51. Em relação ao controle da administração pública, notadamente quanto aos processos de contratação, é correto asseverar que:

- a) A legislação estabelece expressamente que, como mecanismo de governança, as contratações públicas sejam submetidas a práticas descontinuadas de gestão de riscos e de controle repressivo.
- b) A legislação exige que as contratações públicas sujeitar-se-ão a 3 linhas de defesa, fazendo parte da segunda linha o órgão central de controle interno da Administração.
- c) Ao suspender cautelarmente o processo licitatório, o tribunal de contas deverá pronunciar-se definitivamente sobre o mérito daquela irregularidade no prazo de 25 dias úteis, prorrogável por igual período uma única vez.

d) Controle concomitante é aquele que busca impedir a prática de atos ilegais, mediante avaliação do ato antes do início de sua prática.

e) O julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria está sujeito ao prazo decenal, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

52. No que diz respeito ao poder de polícia e suas etapas (ciclo de polícia), assinale a alternativa correta:

- a) a fase da legislação diz respeito à expedição de decretos pelo chefe do Poder Executivo para permitir a fiel execução das leis.
- b) os atos de consentimento estarão sempre presentes no ciclo de polícia, materializando-se na expedição de licenças e autorizações em favor dos particulares.
- c) fiscalização consiste na verificação do cumprimento das ordens de polícia, a exemplo do que ocorre em uma blitz de trânsito.
- d) a etapa de sanção diz respeito à apuração de infrações e aplicação de penalidades àqueles sujeitos à disciplina interna da Administração.
- e) na fase de ordem, a administração pública distribui e escalona funções entre seus órgãos e estabelece a relação de subordinação entre os servidores de seu quadro.

53. A respeito dos serviços públicos, é correto afirmar que:

- a) A concessão de serviço público consiste na delegação de sua prestação, mediante licitação exclusivamente na modalidade concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas.
- b) A permissão de serviço público representa um dos instrumentos da descentralização por serviços, em que opera-se a delegação da titularidade e de sua prestação, sempre mediante prévia licitação.
- c) A interrupção da prestação do serviço público devido ao inadimplemento do usuário caracteriza-se como descontinuidade do serviço.
- d) Concessão administrativa representa o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública é a usuária direta ou indireta, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- e) A contraprestação do parceiro público ao parceiro privado, em uma concessão especial, será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato, embora se admita o pagamento relativo a parcela fruível do serviço em questão.

54. No que se refere aos atos de improbidade administrativa previstos na Lei 8.429/1992, com redação dada pela Lei 14.230/2021, assinale a alternativa correta:

- a) Admite-se conduta culposa para a caracterização de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- b) Para a caracterização dos atos de improbidade, a legislação exige apenas a existência da voluntariedade do agente.
- c) Considera-se dolo a vontade livre e inconsciente de alcançar o resultado ilícito tipificado em lei.

d) O exercício ilegal da função pública caracteriza a responsabilidade por ato de improbidade administrativa, ainda que não reste comprovado ato doloso com fim ilícito.

e) Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Luciana Marinho

55. Assinale a opção que indica o princípio orçamentário segundo o qual é vedada a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria Constituição Federal.

- a) Princípio da unidade
- b) Princípio da exclusividade
- c) Princípio do orçamento bruto
- d) Princípio da universalidade
- e) Princípio da não-afetação

56. O processo orçamentário no Brasil é revestido de formato legal, principalmente em decorrência dos chamados instrumentos de planejamento.

Um desses instrumentos é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que tem entre suas características, exceto:

- a) Compreender prioridades da administração pública federal
- b) Estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas
- c) Orientará a elaboração da lei orçamentária anual

d) Estabelecer metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes

e) Dispor sobre as alterações na legislação tributária

57. Dentre os estágios da receita pública, aquele que corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente, é denominado

a) Arrecadação

b) Recolhimento

c) Lançamento

d) Liquidação

e) Previsão

58. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, deve ser **publicado trinta dias após o encerramento de cada bimestre:**

a) Relatório de Gestão Fiscal

b) Anexo de Riscos Fiscais

c) Relatório Resumido de Execução Orçamentária

d) Anexo de Metas Fiscais

e) Anexo de Agregados Fiscais

59. Assinale a alternativa de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

a) dívida pública consolidada é a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.

b) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.

c) A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos doze anteriores, excluídas as duplicidades

d) Até 60 dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

e) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional, sendo vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe no que se refere às taxas.

**FUNDAMENTOS DE AUDITORIA
GOVERNAMENTAL**

Guilherme Sant'Anna e Tonyvan Carvalho

- 60.** De acordo com as disposições constitucionais, uma das finalidades do controle interno é:
- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
 - b) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;
 - c) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;
 - d) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;
 - e) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

- 61.** O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal compreende o conjunto das atividades relacionadas à avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União e à avaliação da gestão dos administradores públicos federais, bem como o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres da União. Qual dessas atividades tem por objetivo comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidos na legislação pertinente?
- a) Avaliação do cumprimento das metas do Plano Plurianual
 - b) Avaliação da execução dos programas de governo
 - c) Avaliação da execução dos orçamentos da União
 - d) Avaliação da gestão dos administradores públicos federais
 - e) O controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres da União
- 62.** O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal utiliza como técnicas de trabalho, para a consecução de suas finalidades. A técnica que visa a comprovar se o objeto dos programas de governo corresponde às especificações estabelecidas, atende às necessidades para as quais foi definido, guarda coerência com as condições e características pretendidas e se os mecanismos de controle são eficientes:
- a) Fiscalização
 - b) Auditoria
 - c) Procedimentos de auditoria
 - d) Procedimentos de avaliação de risco
 - e) Testes de Auditoria

63. De acordo com a Lei nº 10.180/2001, o órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal é:

- a) Secretaria do Tesouro Nacional
- b) Controladoria Geral da União
- c) Secretaria Federal de Controle Interno
- d) Secretaria de Controle Interno do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Defesa
- e) Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa

64. De acordo com o Decreto nº 3.591/2000, integram o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal:

- a) a Controladoria-Geral da União, as Secretarias de Controle Interno (CISSET) da Casa Civil, da Advocacia-Geral da União, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa e as unidades de controle interno dos comandos militares.
- b) a Controladoria-Geral da União, as Secretarias de Controle Interno (CISSET) da Casa Civil, da Advocacia-Geral da União, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia e as unidades de controle interno dos comandos militares.
- c) a Secretaria Federal de Controle Interno, as Secretarias de Controle Interno (CISSET) da Casa Civil, da Advocacia-Geral da União, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa e as unidades de controle interno dos comandos militares.
- d) a Secretaria Federal de Controle Interno, as Secretarias de Controle Interno (CISSET) da Casa Civil, da Advocacia-Geral da União, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia e as unidades de controle interno dos comandos militares.

e) a Controladoria-Geral da União e as Secretarias de Controle Interno (CISSET) da Casa Civil, da Advocacia-Geral da União, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa, apenas.

65. Marque a alternativa que contém o objetivo da Comissão de Coordenação de Controle Interno (CCCI), órgão colegiado de coordenação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, segundo às prescrições da Lei nº 10.180/2001.

- a) avaliar a execução dos orçamentos da União;
- b) exercer o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres da União;
- c) fornecer informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos da União;
- d) realizar auditoria sobre a gestão dos recursos públicos federais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados;
- e) promover a integração e homogeneizar entendimentos dos respectivos órgãos e unidades.

**CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO:
ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS E SISTEMAS
ESTRUTURANTES**

Herbet Almeida

66. Constitui área de competência da Controladoria-Geral da União:

- a) decisão definitiva acerca de representações ou denúncias recebidas, com indicação das providências cabíveis;
- b) requisição de instauração de procedimentos administrativos, sempre que retardados pela autoridade responsável;
- c) acompanhamento de procedimentos e processos administrativos em curso em órgãos ou entidades da administração pública federal, estadual ou municipal;
- d) proposição de medidas legislativas ou administrativas e sugestão de ações para evitar a repetição de irregularidades constatadas;
- e) coordenação e gestão do Sistema de Controle Interno e Externo do Poder Executivo federal.

67. Nos termos de sua estrutura regimental, a Controladoria-Geral não tem competência para:

- a) adoção das providências necessárias ao combate à corrupção;
- b) avocação de procedimentos e processos em curso no Poder Executivo federal, para a correção de falhas;
- c) promoção da declaração de nulidade de procedimento ou processo administrativo já julgado por qualquer autoridade do Poder Executivo federal;
- d) execução das atividades de controladoria no âmbito do Poder Executivo federal, estadual e municipal.
- e) apuração do exercício negligente de cargo, emprego ou função no Poder Executivo federal,

independentemente da competência específica de outros órgãos ou entidades.

68. Sobre as competências da Controladoria-Geral da União – CGU e do seu Ministro de Estado, é correto afirmar que:

- a) A CGU não dispõe de competência para avocar processos administrativos disciplinares, no âmbito do Poder Executivo federal.
- b) Compete à CGU adotar providências necessárias à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção no âmbito da administração pública de todos os entes da Federação.
- c) A CGU poderá requisitar procedimentos e de processos administrativos julgados, independentemente do prazo, no âmbito do Poder Executivo federal, para reexaminá-los e, se necessário, proferir nova decisão.
- d) Não cabe à CGU promoção da declaração de nulidade de procedimento ou processo administrativo, uma vez que, como órgão de controle interno, somente poderá recomendar esse tipo de providência.
- e) Insere-se como área de competência a execução das atividades de controladoria no âmbito do Poder Executivo federal.

69. São considerados órgãos específicos singulares, exceto:

- a) Secretaria Federal de Controle Interno;
- b) Diretorias de Auditoria de Políticas Econômicas e de Desenvolvimento;
- c) Ouvidoria-Geral da União;
- d) Controladorias Regionais da União nos Estados;
- e) Corregedoria-Geral da União.

70. Acerca dos órgãos integrantes do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, nos termos da Lei nº 10.180/2001, assinale a opção correta:

- a) a Casa Civil integra o sistema de Planejamento e de Orçamento Federal como órgão central;
- b) os órgãos específicos são aqueles vinculados ou subordinados ao órgão central do Sistema, cuja missão está voltada para as atividades de planejamento e orçamento;
- c) os órgãos setoriais são as unidades de planejamento e orçamento exclusivamente dos Ministérios;
- d) apenas os órgãos específicos estão sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central do Sistema;
- e) as unidades de planejamento e orçamento das entidades vinculadas ou subordinadas aos Ministérios sujeitam-se exclusivamente à supervisão técnica do órgão central.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONTROLE INTERNO

Guilherme Sant'Anna e Tonyvan Carvalho

71. A Comissão de Coordenação de Controle Interno - CCCI é órgão colegiado de função consultiva do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, sendo composta pelos seguintes membros, dentre outros, EXCETO:

- a) pelo Ministro de Estado do Controle e da Transparência, que a presidirá;
- b) pelo Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União;
- c) pelo Secretário Federal de Controle Interno;
- d) pelo Chefe da Assessoria Jurídica da Advocacia Geral da União;
- e) pelo Coordenador-Geral de Normas e Orientação para o Sistema de Controle Interno

72. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal compreende o conjunto das atividades relacionadas à avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União e à avaliação da gestão dos administradores públicos federais, bem como o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres da União. Qual dessas atividades tem por objetivo comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento?

- a) Avaliação do cumprimento das metas do Plano Plurianual
- b) Avaliação da execução dos programas de governo
- c) Avaliação da execução dos orçamentos da União
- d) Avaliação da gestão dos administradores públicos federais
- e) O controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres da União

73. Em relação ao Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental previsto na Instrução Normativa nº 3, de 09 de junho de 2017, especificamente em relação às três linhas de defesa da gestão, julgue os itens a seguir.

I – A segunda linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização;

II - A primeira linha de defesa contempla os controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas durante a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio.

III - As instâncias de segunda linha de defesa estão situadas ao nível da gestão e objetivam assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada.

IV - A terceira linha de defesa é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas II, III e IV.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

74. A estrutura de controles internos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal deve contemplar as três linhas de defesa da gestão ou camadas, a qual deve comunicar, de maneira clara, as responsabilidades de todos os envolvidos, provendo uma atuação coordenada e eficiente, sem sobreposições ou lacunas. Qual alternativa contém características da segunda linha de defesa?

- a) representada pela atividade de auditoria interna governamental
- b) situadas ao nível da gestão e objetivam assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada.
- c) é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos
- d) contempla os controles primários
- e) guia o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização.

75. Os auditores devem declarar impedimento nas situações que possam afetar o desempenho das suas atribuições e, em caso de dúvidas sobre potencial risco para a objetividade, devem buscar orientação junto aos responsáveis pela supervisão do trabalho ou à comissão de ética ou instância similar, conforme apropriado na organização. Os auditores internos governamentais devem se abster de auditar operações específicas com as quais estiveram envolvidos:

- a) nos últimos 12 meses, quer na condição de gestores, quer em decorrência de vínculos profissionais, comerciais, pessoais, familiares ou de outra natureza, mesmo que tenham executado atividades em nível operacional.
- b) nos últimos 24 meses, quer na condição de gestores, quer em decorrência de vínculos profissionais, comerciais, pessoais, familiares ou de outra natureza, mesmo que tenham executado atividades em nível operacional.
- c) nos últimos 24 meses, somente na condição de gestores.
- d) nos últimos 36 meses, quer na condição de gestores, quer em decorrência de vínculos profissionais, comerciais, pessoais, familiares ou de outra natureza, mesmo que tenham executado atividades em nível operacional.
- e) nos últimos 2 anos, quer na condição de gestores, quer em decorrência de vínculos profissionais, comerciais, pessoais, familiares ou de outra natureza, mesmo que tenham executado atividades em nível operacional.

76. A atuação do SCl abrange todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, incluindo as empresas estatais e qualquer pessoa física ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos sob a responsabilidade do Poder Executivo Federal. Nesse contexto, a competência de prover orientação normativa e supervisão técnica às UAIG (unidades de auditoria interna governamental) é/são:

- a) do órgão central do SCl, somente.
- b) dos órgãos setoriais nas respectivas áreas de jurisdição, somente.
- c) do órgão central do SCl e dos órgãos setoriais nas respectivas áreas de jurisdição;
- d) das Secretarias de Controle Interno (Ciset) da Presidência da República, da Advocacia-Geral da União, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa;
- e) unidades de controle interno dos comandos militares.

77. Os princípios representam o arcabouço teórico sobre o qual repousam as normas de auditoria. São valores persistentes no tempo e no espaço, que concedem sentido lógico e harmônico à atividade de auditoria interna governamental e lhe proporcionam eficácia. Segundo o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, instituído por meio da Instrução Normativa nº 3, de 09 de junho de 2017, são princípios para a prática da atividade de auditoria interna governamental, EXCETO:

- a) integridade;
- b) qualidade e melhoria contínua;
- c) comunicação eficiente
- d) proficiência e zelo profissional;
- e) autonomia técnica e objetividade;

78. Os requisitos éticos representam valores aceitáveis e esperados em relação à conduta dos auditores internos governamentais e visam promover uma cultura ética e íntegra em relação à prática da atividade de auditoria interna. Nesse contexto, os auditores internos governamentais devem atuar de forma imparcial e isenta, evitando situações de conflito de interesses ou quaisquer outras que afetem sua objetividade, de fato ou na aparência, ou comprometam seu julgamento profissional. Com base nesta assertiva é correto afirmar que as Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) devem assegurar que a prática da atividade de auditoria interna governamental seja pautada no seguinte princípio:

- a) integridade;
- b) proficiência
- c) zelo profissional;
- d) autonomia técnica
- e) objetividade;

79. Controles internos da gestão é o processo que envolve um conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela alta administração, pelos gestores e pelo corpo de servidores e empregados dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os seguintes objetivos gerais serão alcançados, EXCETO:

- a) execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações;
- b) cumprimento das obrigações de accountability;
- c) cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis;

d) salvaguarda dos recursos para evitar perdas, mau uso e danos.

e) eliminar fraudes e erros

80. Atividade de auditoria interna governamental que consiste no exame objetivo da evidência, com o propósito de fornecer ao órgão ou entidade da Administração Pública Federal uma avaliação tecnicamente autônoma e objetiva sobre o escopo da auditoria. Trata-se da definição de:

- a) Serviço de consultoria
- b) Serviço de avaliação
- c) Serviço de assessoramento, aconselhamento
- d) Serviço de aconselhamento
- e) *Compliance*

**CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR
PÚBLICO**

Gilmar Possati

81. Acerca do disposto na NBC TSP – Estrutura Conceitual, assinale a opção correta:

- a) As demonstrações contábeis devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada. Essa perspectiva se alinha à característica qualitativa da representação fidedigna.
- b) Para possibilitar a elaboração das demonstrações contábeis, a entidade que reporta a informação deve captar recursos e/ou deve utilizar recursos captados anteriormente para realizar atividades em benefício da sociedade ou em nome dela.
- c) A suportabilidade é a qualidade da informação que assegura aos usuários que a informação contida nos relatórios contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar.
- d) A entidade que reporta a informação contábil do setor público deve ter personalidade jurídica específica.
- e) o recurso ou a obrigação que não satisfaça a definição de elemento definido na Estrutura Conceitual em nenhuma hipótese pode ser reconhecido nas demonstrações contábeis, haja vista que o atendimento à definição de elemento é um critério a ser observado no reconhecimento contábil.

82. Acerca dos procedimentos contábeis orçamentários dispostos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção incorreta:

- a) A natureza de receita é a menor célula de informação no contexto orçamentário para as receitas públicas, por isso contém todas as informações necessárias para as devidas alocações orçamentárias.
- b) Sob a ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal, a execução da receita orçamentária é instrumento condicionante da execução orçamentária da despesa.
- c) A classificação funcional da despesa orçamentária reflete a estrutura organizacional e administrativa e compreende dois níveis que servem como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental: função e subfunção.
- d) No grupo reserva de contingências são englobadas as despesas orçamentárias destinadas ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais imprevistos, inclusive a abertura de créditos adicionais.
- e) As modalidades de aplicação indicam se os recursos serão aplicados mediante transferência financeira, inclusive a decorrente de descentralização orçamentária para outros níveis de Governo, seus órgãos ou entidades, ou diretamente para entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou, então, diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

83. Acerca da NBC TSP 01 – Receita de Transação sem Contraprestação, assinale a opção correta:

- a) As restrições sobre ativos transferidos exigem que a entidade consuma os benefícios econômicos futuros ou o potencial de serviços do ativo conforme especificado ou devolva os benefícios econômicos futuros ou o potencial de serviços ao transferente caso as restrições sejam descumpridas. Portanto, quando o recebedor inicialmente reconhece o ativo sujeito a uma restrição, ele também incorre em passivo.
- b) A especificação de que o ativo transferido deva ser consumido no provimento de produtos e serviços a terceiros ou devolvido ao transferente é suficiente para originar um passivo quando a entidade obtém o controle do ativo.
- c) A obtenção do controle do ativo sujeito à restrição não impõe sobre o recebedor a obrigação presente de transferir os benefícios econômicos futuros ou o potencial de serviços a terceiros quando o controle do ativo é inicialmente obtido.
- d) Os ativos oriundos de transações tributárias devem ser mensurados pelo seu valor justo na data de reconhecimento inicial.
- e) Os recebimentos antecipados originam um ativo e uma variação patrimonial aumentativa, a qual gera um impacto positivo no resultado patrimonial do exercício.

84. A empresa estatal “Audazes S.A.” adquiriu a prazo por R\$ 1.100,00 um material a ser utilizado em seu processo produtivo no mesmo período de sua aquisição. No preço pago, estão inclusos R\$ 100,00 de ICMS (não recuperáveis). Na oportunidade da compra, foi incorrido ainda R\$ 150,00 com o transporte desses materiais. Nesse sentido, considerando-se a NBC TSP 4 - Estoques, um registro adequado dessa operação seria:

- a) Resultado Patrimonial do Exercício – Variações Patrimoniais Diminutivas com transporte, no valor de R\$ 150,00.
- b) Passivo Circulante – Fornecedores, no valor de R\$ 1.350,00.
- c) Ativo Circulante – Caixa, no valor de R\$ 250,00.
- d) Ativo Circulante – Estoques, no valor de R\$ 1.100,00.
- e) Ativo Circulante – Estoques, no valor de R\$ 1.350,00.

85. Nas opções a seguir estão listadas características das entidades do setor público que as diferem das demais entidades, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) importância do orçamento público.
- b) natureza dos programas e longevidade do setor público
- c) natureza e propósito dos ativos e passivos no setor público
- d) natureza da gestão e o padrão hierárquico do setor público
- e) papel regulador das entidades do setor público

86. O PCASP representa uma das maiores conquistas da contabilidade aplicada ao setor público. Além de ser uma ferramenta para a consolidação das contas nacionais e instrumento para a adoção das normas internacionais de contabilidade, o PCASP permitiu diversas inovações. As assertivas a seguir descrevem essas inovações, **à exceção de uma**. Assinale-a:

- a) Segregação das informações orçamentárias e patrimoniais.
- b) Registro dos fatos que afetam o patrimônio público segundo o regime de competência.
- c) Registro de procedimentos contábeis gerais em observância às normas internacionais
- d) procedimentos de mensuração após o reconhecimento, tais como a reavaliação, a depreciação, a amortização, a exaustão e a redução ao valor recuperável (*impairment*).
- e) utilização do mecanismo de partidas dobradas para toda a escrituração das operações contábeis típicas do setor público.

87. Assinale a opção que indica um evento subsequente que não dá origem a ajustes:

- a) Descoberta de fraude ou erros que demonstram que as demonstrações contábeis estavam incorretas.
- b) Redução do valor justo de propriedade ocorrido entre a data das demonstrações e a data de autorização para emissão dessas demonstrações, quando a entidade adota uma política em que regularmente avalia a propriedade a valor justo.
- c) Decisão em processo judicial após a data das demonstrações contábeis, confirmando que a entidade já tinha a obrigação presente naquela data.
- d) Determinação, após a data das demonstrações contábeis, de que o montante da receita arrecadada durante o período precisa ser

compartilhado com outro governo, em razão de acordo de compartilhamento estabelecido durante o período.

- e) determinação, após a data das demonstrações contábeis, do custo dos ativos adquiridos ou do valor recebido pela venda de ativos, antes da data das demonstrações contábeis.

88. Acerca da terminologia de custos aplicada ao setor público, assinale a opção que indicar uma definição correta:

- a) custo operacional é o custo ideal de produção de determinado produto/serviço.
- b) método de custeio está associado ao modelo de mensuração e desse modo podem ser custeados os diversos agentes de acumulação de acordo com diferentes unidades de medida, dependendo das necessidades dos tomadores de decisões.
- c) apropriação de custo é o reconhecimento do gasto de determinado objeto de custo previamente definido.
- d) custo padrão é o custo projetado para subsidiar o processo de elaboração dos orçamentos da entidade para determinado período.
- e) objeto de custo é a unidade onde serão acumulados os custos, de acordo com as definições de centros de custos e com base nas necessidades dos diferentes níveis gerenciais da organização.

89. Durante o mês de dezembro de 20X1, ocorreram as seguintes transações no Município Audazes dos Pampas:

- Alienação de um imóvel por R\$ 450.000,00, com ganho de R\$ 100.000,00.
- Aquisição de material de consumo pelo valor de R\$ 50.000,00.
- Reconhecimento dos juros referentes à dívida consolidada no valor de R\$ 15.000,00.
- Reconhecimento da amortização do ativo intangível no valor de R\$ 10.000,00.
- Utilização de material de consumo no valor de R\$ 45.000,00.
- Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 15.000,00.
- Devolução de um depósito caução no valor de R\$ 20.000,00.

Com base nessas informações, o total das variações patrimoniais quantitativas diminutivas foi, em reais,

- a) 25.000,00.
- b) 70.000,00.
- c) 75.000,00.
- d) 85.000,00.
- e) 105.000,00.

90. Segundo a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, o conjunto completo de demonstrações contábeis inclui, exceto:

- a) demonstração das mutações do patrimônio líquido
- b) demonstração do resultado
- c) demonstração dos fluxos de caixa
- d) balanço patrimonial
- e) balanço financeiro

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Elisabete Moreira

91. A avaliação pelo gestor público das políticas, programas e projetos implementados pela Administração pública, pode ser realizada segundo três metodologias básicas: avaliação de metas, avaliação de impacto e avaliação de processo. A avaliação de

a) metas tem como objetivo medir o grau de êxito que um programa ou projeto obtém em relação ao processo e ao seu impacto.

b) metas e de impacto ocorrem concomitantemente à implementação do programa ou projeto.

c) impacto tem como objetivo identificar os efeitos produzidos sobre a população-alvo do programa ou projeto e produzir dados para reprogramação das ações.

d) processo tem como objetivo medir o grau de cobertura do programa ou projeto, estabelecer o grau em que está alcançando a população beneficiária e produzir dados para a reprogramação das ações.

e) processo ocorre simultaneamente com a avaliação de metas.

92. A avaliação das políticas públicas se tornou uma etapa institucionalizada no ciclo das políticas públicas, que permite a análise crítica, reflexiva e de aprendizado, que permite:

- a) a elaboração coletiva de métricas avaliativas;
- b) a definição participativa dos interesses dos atores envolvidos
- c) as interrogações em relação aos determinantes que influenciam nos resultados 'individuais' de avaliação
- d) o processo de tomada de decisão acerca da efetividade das ações
- e) a formação de novas agendas e a construção de novos interesses individuais

93. O tipo de avaliação de políticas públicas no qual as pessoas que a fazem possuem experiência nessa atividade e são de fora da organização denomina-se:

- a) Avaliação formativa
- b) Avaliação somativa
- c) Avaliação interna
- d) Avaliação externa
- e) Avaliação in itinere

94. Para fins do disposto no Decreto 9.834/19 para a seleção e a avaliação das políticas públicas o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas deverá observar alguns critérios e aspectos, a exceção

- a) materialidade, operacionalidade, criticidade
- b) operacionalidade, relevância e criticidade
- c) criticidade, materialidade e relevância
- d) integralidade, criticidade e operacionalidade
- e) integralidade, materialidade e criticidade

95. Com relação a avaliação e ao monitoramento das políticas públicas que são financiadas por gastos diretos ou subsídios da União realizados pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, marque a alternativa incorreta

- a) O Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas se reunirá em caráter ordinário semestralmente e em caráter extraordinário sempre que convocado pelo Coordenador.
- b) O quórum de reunião do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas é de maioria simples dos membros e o quórum de aprovação é de maioria absoluta.
- c) A participação no Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e nos seus comitês será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.
- d) A reunião extraordinária do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas será realizada até trinta dias antes da reunião do Comitê Interministerial de Governança, na hipótese de não estar prevista reunião ordinária nesse período e de haver assuntos a serem encaminhados ao Comitê.
- e) Os membros titulares poderão ser substituídos no Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas por seus substitutos legais ou por ocupantes de cargo em comissão DAS nível igual ou superior a 6.

96. De acordo com o Guia Prático de Análise Ex Ante de avaliação das políticas públicas são passos mínimos para a formulação de políticas públicas, de acordo com a seguinte ordem:

- a) diagnóstico do problema; explicação dos objetivos e ações esperados; desenho e estratégia de implementação; análise do impacto orçamentário e financeiro; estratégia de construção de confiança e suporte; monitoramento, avaliação e controle
- b) diagnóstico do problema; explicação de objetivos e ações; estratégia de construção de confiança e suporte; análise do impacto orçamentário e financeiro; desenho e estratégia de implementação; monitoramento, avaliação e controle.
- c) diagnóstico do problema; explicação de objetivos e ações; análise do impacto orçamentário e financeiro; estratégia de construção de confiança e suporte; desenho e estratégia de implementação; monitoramento, avaliação e controle.
- d) diagnóstico do problema; análise do impacto orçamentário e financeiro; explicação de objetivos e ações; estratégia de construção de confiança e suporte; desenho e estratégia de implementação; monitoramento, avaliação e controle.
- e) diagnóstico do problema; explicação de objetivos e ações; análise do impacto orçamentário e financeiro; desenho e estratégia de implementação; estratégia de construção de confiança e suporte; monitoramento, avaliação e controle

97. O modelo lógico é uma ferramenta de execução que consiste no cruzamento de diversas informações que exibem a racionalidade de uma política pública. As etapas sequenciais e sistemáticas adotadas pelo modelo lógico são, respectivamente

- a) insumos, atividades, resultados, produtos, impactos
- b) insumos, produtos, resultados, atividades, impactos
- c) insumos, atividades, produtos, resultados, impactos
- d) impactos, produtos, resultados, atividades, insumos
- e) impactos, resultados, produtos, atividades, insumos

98. De acordo com o Guia Prático de Análise Ex Post de avaliação das políticas públicas, assinale a alternativa incorreta

- a) o monitoramento é um processo contínuo ao longo da implementação, realizado pelo próprio órgão responsável pela política pública. Tem como objetivo controlar a entrega de insumos, o calendário de trabalho e verificar se os produtos estão de acordo com as metas.
- b) as avaliações de políticas públicas devem ser executadas em caráter permanente e integradas ao ciclo de políticas públicas, que envolve também o planejamento, a execução e o controle orçamentário e financeiro
- c) O CIG – Comitê Interministerial de Governança tem a finalidade assessorar o presidente da República na condução da política de governança da administração pública federal.
- d) Os Guias práticos de análise ex-ante e ex-post forma aprovados pelo CIG como diretrizes de boas práticas e possuem caráter vinculante para órgãos, fundos, autarquias e fundações do governo federal.
- e) A abordagem de avaliação executiva permite de forma prática e rápida identificar qual elemento ou em qual processo da cadeia de valor da política há maior chance de ocorrerem aprimoramentos.

99. O projeto de interoperabilidade das bases de dados administrativos do governo federal nasceu da percepção de que os dados administrativos do governo federal são muitos, mas não “conversam entre si”, dificultando a avaliação de políticas públicas. São objetivos do trabalho de interoperabilidade dos dados, à exceção de:

- a) permitir a identificação unívoca dos cidadãos em todo o país
- b) estruturar dados confiáveis para tomada de decisão dos gestores públicos;
- c) promover a melhoria e a eficiência na gestão dos gastos públicos
- d) viabilizar que a identificação do cidadão seja realizada por qualquer documento;
- e) facilitar e agilizar as atualizações cadastrais;

100. Na abordagem de Schick (2001), as avaliações, para repercutirem no orçamento, devem considerar o que o autor define como as tarefas principais dos sistemas orçamentários: i) manter a disciplina fiscal agregada; ii) buscar a eficiência alocativa;⁴ e iii) alcançar a eficiência operacional. Nesse sentido, avalie as alternativas a seguir:

- I - a eficiência alocativa foca a relação entre recursos e resultados
- II - a eficiência operacional centra sua análise na relação entre recursos e atividades e os produtos obtidos
- III- a economicidade foca a redução do custo dos insumos mantendo o padrão de qualidade do produto

Aponte a alternativa correta

- a) I e II
- b) I e III
- c) I
- d) II
- e) I, II, III

FINANÇAS PÚBLICAS

Amanda Aires

101. Dentre as funções econômicas do governo, marque a alternativa incorreta.

- a) a função econômica alocativa do Estado atua por meio da expansiva criação de empresas estatais ou por meio e concessões públicas.
- b) a função distributiva do Estado efetua transferências de recursos entre contribuintes com diferentes níveis de renda a fim de garantir a equidade distributiva.
- c) a função estabilizadora faz uso das políticas fiscal e monetária para garantir a manutenção de preços estáveis e o alto nível de emprego dentro da economia.
- d) econômica normativa do governo, decorre diretamente da possibilidade de violação dos princípios da economia pública, como a desigualdade social e elevação da criminalidade, bem como o descontrole do gasto público em esferas subnacionais.
- e) alocativa prevê ajustamentos na alocação de recursos com vistas à maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis na economia e refere-se à possibilidade de economias externas ou necessidades coletivas, como infraestrutura econômica.

102. A função desenvolvida pelo Estado com o objetivo de assegurar o ajustamento necessário na apropriação de recursos na economia, visando a correção das falhas de mercado que fazem com que os preços não reflitam as decisões econômicas, e que por isso abre espaço para a intervenção do governo na economia é denominada função

- a) normativa.
- b) distributiva.
- c) estabilizadora.
- d) administrativa.
- e) alocativa.

103. Se o governo, ao atuar via função estabilizadora decide realizar uma redução dos gastos públicos associado a uma ampliação dos tributos na economia:

- a) Reduz a renda de equilíbrio da economia;
- b) aumenta o multiplicador de gastos da economia aberta;
- c) reduz as exportações;
- d) torna o multiplicador do orçamento desequilibrado;
- e) eleva o déficit da balança comercial.

104. Identifique a opção correta sob o ponto de vista das funções clássicas do Estado: alocativa, distributiva e estabilizadora.

- a) A função alocativa tem a característica de excluir ninguém e nem de concorrer com os bens privados.
- b) A função distributiva visa corrigir os problemas de diferença de renda por meio da tributação dos mais ricos para a transferência para as camadas menos favorecidas da população.
- c) A função estabilizadora tem como objetivo o uso da política econômica visando a um alto nível

de emprego, mas não visa à estabilidade dos preços ou à obtenção de uma taxa apropriada de crescimento econômico.

d) O processo político não pode ser considerado como substituto do mecanismo do sistema de mercado no caso das funções clássicas do Estado.

e) Não existe a provisão por parte do setor público dos chamados bens “semipúblicos” ou “meritórios”, que constituem um caso intermediário entre os bens privados e os bens públicos.

105. Após longo estudo realizado pelo Ministério da Economia decidiu-se aumentar o valor do imposto sobre determinado bem de consumo. Contudo, ao fazer isso houve uma modificação no preço deste produto, que passou a incorporar a alta de impostos. Diante da situação apresentada, qual princípio de tributação foi violado?

- a) Capacidade
- b) Eficiência
- c) Equidade
- d) Neutralidade
- e) Produtividade

106. Os tributos regressivos são aqueles em que a alíquota diminui à proporção que os valores sobre os quais incide são maiores, ou seja, têm relação inversa ao nível de renda do contribuinte. Assinale a alternativa que contenha apenas tributos progressivos ou proporcionais:

- a) O ICMS, IPI, PIS e Imposto de Renda;
- b) Imposto de Renda, IPI, PIS e COFINS;
- c) ICMS, IPI, PIS e COFINS;
- d) O ICMS, IPI, PIS e CPMF.
- e) IRPF, IPVA, IPTU

107. O conceito de tributação abrange a ideia de que o sistema tributário ideal deve ser neutro. É condição para que esta contribuição seja considerada neutra ao sistema econômico:

- a) O sistema tributário não deve interferir no sistema produtivo e alocativo por meio, basicamente, de uma alteração no sistema de preços, sempre que for possível.
- b) A cobrança de impostos deve onerar quem pode pagar menos e desonerar quem pode pagar mais.
- c) Cada indivíduo deve contribuir com o pagamento proporcional ao seu consumo de bens públicos.
- d) Nenhuma alocação governamental é eficiente, em função das mudanças eleitorais cabe ao governo apenas seguir estas orientações.
- e) O sistema tributário deve se adaptar a cada mudança eleitoral, como estabelece a constituição federal, sendo assim passível de alteração a cada 4 anos.

108. Acerca da classificação dos tributos, analise as assertivas abaixo.

- I. Tributos diretos são aqueles incidentes sobre a renda e o patrimônio dos contribuintes.
- II. Tributos incidentes sobre a renda ou patrimônio são considerados como indiretos e atendem ao princípio da capacidade de pagamento.
- III. Imposto cumulativo sobre vendas de mercadorias é classificado como indireto e atende aos princípios de neutralidade e progressividade.
- IV. Impostos seletivos a exemplo dos incidentes sobre bebidas alcoólicas devem ser implementados sobre o preço de bens considerados demeritórios.

É incorreto o que se afirma em

- a) I, apenas.

b) IV, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) Todas as alternativas são corretas

109. Assinale a afirmativa que está correta:

- a) em períodos de alta inflação, o aumento da taxa de juros nominal e a redução dos custos de transação entre moeda e outras aplicações financeiras ampliam a demanda real por moeda;
- b) uma determinação do Banco Central que eleve a taxa de recolhimento compulsório dos bancos comerciais irá aumentar o multiplicador monetário e, conseqüentemente, a oferta monetária;
- c) uma determinação do Banco Central que reduza a taxa de redesconto, levará a uma redução da taxa básica de juros da economia que, no caso do Brasil, é o IPCA;
- d) uma redução na taxa de redesconto pode ser compensada por uma compra de títulos públicos do governo de tal forma que não haja impactos sobre a taxa básica de juros da economia.
- e) uma determinação do Banco Central que reduza a taxa de recolhimento compulsório dos bancos comerciais manterá constante a base monetária, deixando inalterada a sua composição.

110. Acerca do papel do Governo na economia, analise as afirmativas a seguir e marque (V) para as VERDADEIRAS e (F) para as FALSAS.

- () As políticas macroeconômicas envolvem o poder de cobrar impostos e a determinação da oferta de moeda e da sensibilidade da economia às taxas de juros.
- () As políticas macroeconômicas de estabilização e crescimento econômico incluem as políticas fiscal e monetária.
- () Um governo que tem como finalidade da política econômica melhorar a distribuição equitativa da renda, deve adotar, majoritariamente, tributos diretos e taxas proporcionais

Marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- a) V – V – V.
- b) V – F – V
- c) F – V – V.
- d) F – F – V
- e) V – V – V.

Preencha o Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-CGU-Auditor-Federal-15-01-22>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questoes>
